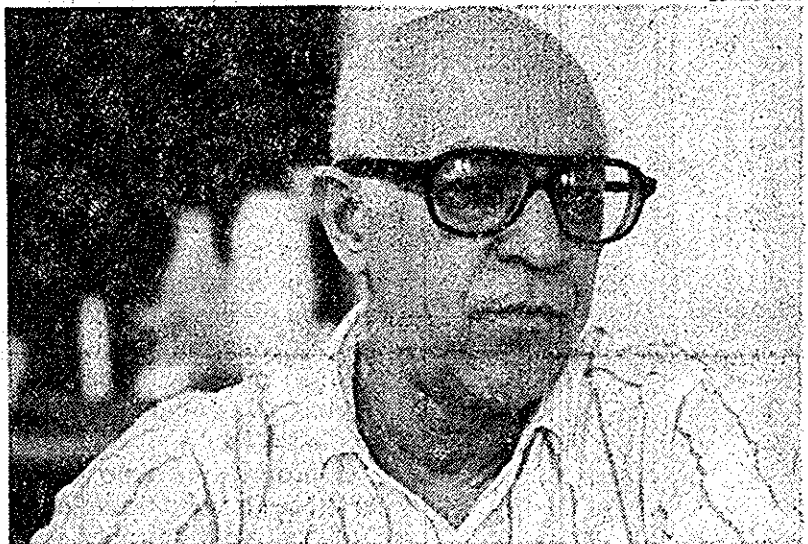


# O mundo vai julgar a Amazônia

Valdemir Gomes

## Lei da região é a do mais forte

Edward Costa



Dallari acusa Sarney por ter facilitado a entrada de garimpeiros

Entre os 13 membros do júri escolhido para formar o tribunal da Amazônia, o Brasil estará representado pelo jurista Dálmo Dallari e pelo bispo do Xingu D. Erwin Krautler. Dálmo Dallari acredita que mesmo não tomando decisões jurídicas obrigatórias, o tribunal terá muita força. "É um momento importante para mostrar ao europeu que ele também é culpado pela destruição da Amazônia. Hoje, tudo aquilo que pode afetar os países da Europa, como a questão amazônica, desperta o interesse de seus governos", garante Dallari.

Membro da Comissão Internacional de Juristas, entidade que promove discussões sobre os direitos humanos, Dallari afirma que na Amazônia vigora a lei do mais forte. "O governo Sarney facilitou a entrada de garimpeiros na região, provocando conflitos com seringueiros e índios", denuncia. Empresas estrangeiras que quiseram investir na região, pensando somente na exploração imediatista da terra, afirma o jurista, também tiveram total incentivo. "Por isso, hoje a região é uma das mais violentas do País".

Para o professor José de Souza Martins, o governo Collor já sofreu a primeira der-

rota em relação à Região Amazônica. "O Presidente Collor foi desafiado pessoalmente pelos garimpeiros que invadiram as reservas Ianomami e nada mudou. As terras continuam sendo exploradas e os índios morrendo", diz. Martins critica também a intenção do ministro da Agricultura, Antonio Cabrera, de não promover a reforma agrária em áreas de conflito na Amazônia. "Se não fizermos a reforma agrária onde os trabalhadores são obrigados a brigar pela terra, onde vamos fazer?", questiona.

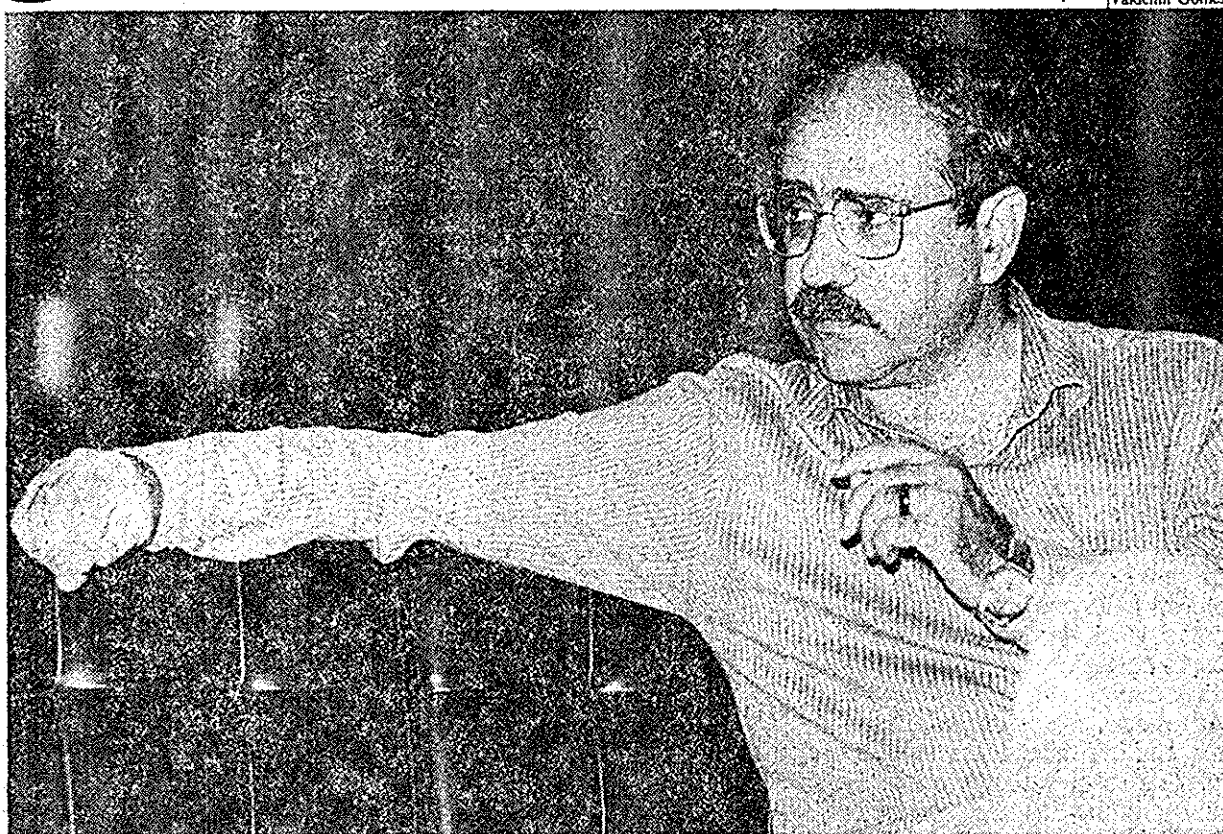
Embora acredite que a atenção da imprensa internacional esteja mais dirigida ao processo de democratização do Leste Europeu, Martins se mostra otimista quanto às repercussões do tribunal. "A Amazônia é um assunto que interessa muito aos EUA e aos países da Europa". O deputado federal Fábio Feldman, do PSDB, convidado a fazer o ato de inauguração do evento, onde dará um panorama geral da situação amazônica, também confia na força do tribunal para sensibilizar a opinião pública internacional. "Será um dos principais caminhos para se cobrar do governo brasileiro uma política mais definida para a Amazônia", diz.

JOÃO SORIMA

A Amazônia vai virar caso de tribunal em outubro. Representantes de índios, seringueiros e posseiros, além de pesquisadores, se reunirão durante quatro dias em Paris, na França, convocados pelo Tribunal Permanente dos Povos, para denunciar as agressões e crimes cometidos contra a população e a floresta amazônicas. Serão acusados como co-autores dessas violações o Banco Mundial, o FMI, a Comunidade Econômica Europeia, os sete países mais desenvolvidos do mundo e o próprio governo brasileiro.

Embora não tenha poderes jurídicos — o tribunal não impõe penas ou multas — ele serve como alerta aos governos e à opinião pública mundial. "Nossa intenção não é unicamente acusar o governo brasileiro e de outros países pela falta de atenção à Amazônia. Queremos, através desses depoimentos, produzir subsídios para a elaboração de uma política para a região e pressionar as autoridades a executá-la efetivamente", afirma Tatiana de Miranda Jordão, responsável pela organização do tribunal da Amazônia.

De acordo com Tatiana, o tribunal não pretende apenas abordar os problemas relativos ao meio ambiente amazônico. "A presença de pessoas que são vítimas dessas agressões, mostra que o tribunal não está



José Martins acredita que se o governo brasileiro for inteligente estará representado no tribunal

só interessado em denunciar como se processa a destruição da Amazônia, mas, principalmente, nas consequências dessa destruição para as populações nativas".

### NOTIFICAÇÃO

Os governos dos Estados Unidos, França, Canadá, Japão, Itália, Inglaterra, Alemanha, Brasil e outros países que formam a Comunidade Econômica Europeia, além do FMI e Banco Mundial, já foram notificados sobre a realização do tribunal e terão direi-

to a apresentar sua defesa. Mesmo que eles não se manifestem, o próprio tribunal indicará uma autoridade legal para a defesa em nome dos acusados. "Se o governo brasileiro for inteligente e realmente estiver interessado na Amazônia, como vem anunciando, certamente vai se fazer representar na sessão do tribunal", prevê o professor de sociologia da Faculdade de Filosofia da USP, José de Souza Martins, que vai coordenar as discussões sobre o problema das populações amazônicas.

A partir de 1991, todas as denúncias apresentadas ao tribunal serão fiscalizadas por jornalistas europeus e entidades brasileiras. Essa é a primeira vez que o tribunal se propõe a fazer esse acompanhamento e avaliar que providências estão sendo tomadas ou se nada foi feito pelo governo brasileiro. Entre algumas instituições que já manifestaram apoio ao tribunal estão a CUT, Comissão Nacional de Seringueiros, Comissão Pastoral da Terra, Comissão Pró-Índio e Conselho Indigenista Missionário.

## Índios continuam sem seus direitos

A construção da Hidrelétrica de Balbina, no Amazonas, que dizimou os índios Waimiri-Atroari. A invasão das terras Ianomami pelos garimpeiros, em Roraima. O descaso do Governo Federal com os índios Uru-eu-wau-wau, uma das últimas nações a manter contato com os brancos, em Rondônia. Esses serão os casos de violação do direito dos índios que o Tribunal Permanente dos Povos pretende denunciar em sua sessão destinada à Amazônia.

A coordenadora da Comissão Pró-Índio, Leinad Ayer Santos, explica que o processo de instalação da Hidrelétrica de Balbina foi muito violento para os Waimiri-Atroari. "Os brancos praticamente obrigaram os índios a aceitarem a construção da hidrelétrica, oferecendo a eles projetos de educação, saúde e hortas comunitárias. Esses direitos os índios já têm assegurados pela Constituição e pelo Estatuto do Índio", denuncia Leinad. De três mil Waimiri existentes na década de 60, hoje existem apenas 350, segundo dados da Comissão.

O caso Ianomami é um dos mais conhecidos pela opinião pública brasileira e mundial, depois que uma TV francesa filmou a morte de uma velha índia Ianomami, em Rondônia, e veiculou essa imagem para o mundo. "O governo Sarney diminuiu a área Ianomami de 9,4 milhões de hectares para apenas 2,3 milhões, liberando as terras restantes para utilização por índios e não-índios", lembra Lidia Luz, também coordenadora da Comissão Pró-Índio. "Até o Ministério Público foi obrigado a interferir no caso e exigir a saída dos centenas de garimpeiros que invadiram as terras Ianomami", diz Lidia. Isso, entretanto, surtiu poucos resultados. Sabe-se que hoje muitos garimpos trabalham a todo vapor na região e as atrocidades contra os Ianomamis continuam.

### DESCASO

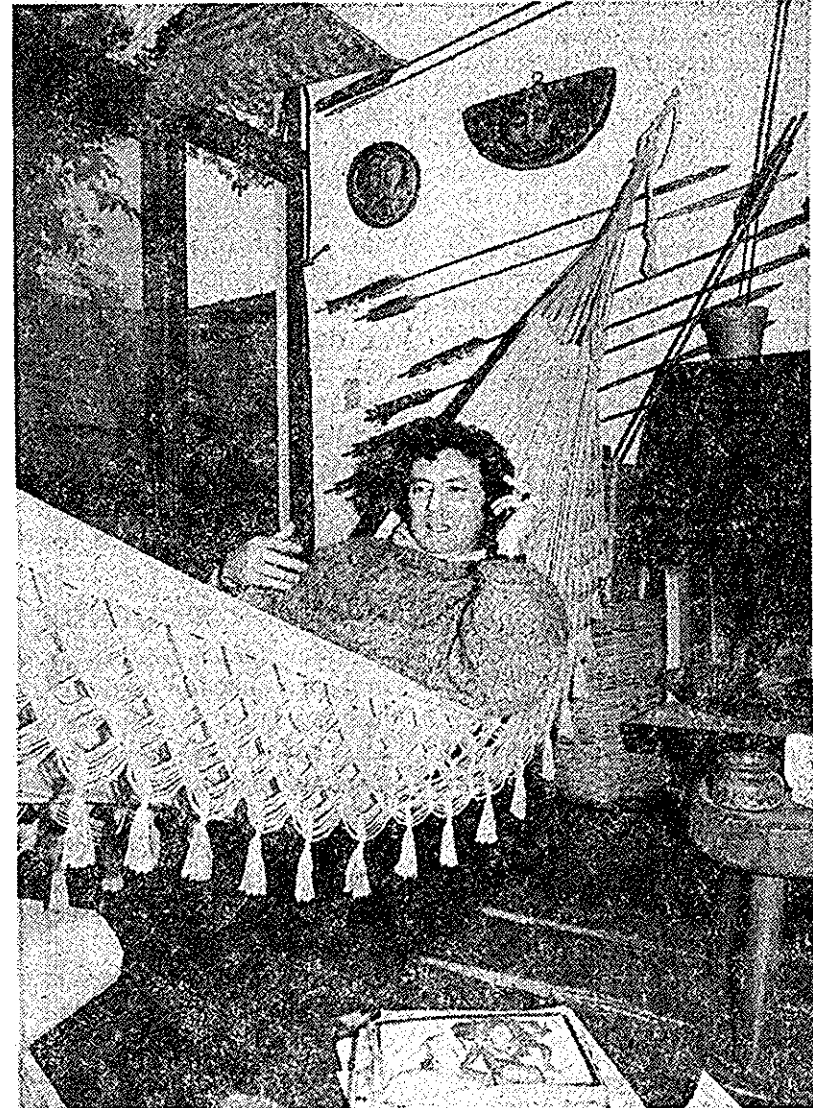
Em 1981, pelo menos 1.500 índios Uru-eu-wau-wau viviam na região de Rondônia. Na época, a Funai conseguiu manter contato com aproximadamente 360 deles. "Em 85, o presidente Sarney criou a área indígena Uru-eu-wau-wau, com 1,8 milhão de hectares. Mas, em janeiro de 89, o próprio Sarney revogou o decreto que demarcava essa área, a pedido de um político da região. Mais de 15 madeiras e 20 mineradoras se instalaram lá e hoje os Uru-eu-wau-wau estão reduzidos a pouco mais de 150, que mantêm contato, e 200 que ainda estão na mata", alerta Mauro Leonel, economista e doutorando em sociologia pela USP, que será o relator desse caso no tribunal.



A tribo dos uru-eu-wau-wau teve sua população reduzida de 1.500 para 150 em apenas nove anos

## Fundação trabalha há 11 anos

Valdemir Gomes



Leonel defende maior frequência na realização de tribunais

As sessões do Tribunal Permanente dos Povos são convocadas sempre para denunciar a violação de direitos humanos no mundo. Ainda este ano, além da questão amazônica, haverá sessões para analisar o problema da impunidade na América Latina e o acidente com produtos químicos em Bopal, na Índia, que vitimou milhares de pessoas.

Vinculado à Fundação Internacional Lelio Basso, que tem sede na Itália, o tribunal já denunciou casos como a invasão do Afeganistão por tropas soviéticas, a guerra civil na Nicarágua e a fome na Etiópia Criada em 1979, a Fundação

Lelio Basso reúne diversos volumes sobre a história do movimento operário no mundo, desde a Revolução Francesa, e realiza pesquisas sobre o tema.

"Tribunais como esse, promovidos pela fundação, deveriam acontecer com maior frequência e em diversos países", defende Mauro Leonel. Para ele, o tribunal é uma forma da sociedade civil controlar a ação do Estado. Ele acredita que são fóruns de denúncia, como esse que vai tratar da Amazônia, que acabam despertando a consciência dos governos e "fazendo com que vejam o lado ignorante da exploração desordenada da terra".



Leinad denuncia a hidrelétrica



Lidia em defesa dos Ianomami

## Denúncias devem ser provadas

O governo paralelo convocado pelo deputado federal e candidato derrotado à Presidência, Luís Inácio Lula da Silva, também estará representado no tribunal da Amazônia. O "ministro" do meio ambiente, o geógrafo Aziz Ab'Saber, professor do Instituto de Estudos Avançados da USP, vai coordenar os debates sobre o tema. "Vamos tentar identificar os fatores de agressão ao meio ambiente", diz Ab'Saber, que dispensa o tratamento de "ministro", preferindo o de coordenador da área de meio ambiente do governo paralelo.

Todas as denúncias feitas durante a sessão do tribunal afirma Ab'Saber, terão de estar comprovadas através de documentos. "O tribunal é extremamente ético e nada poderá ser tratado sem que haja pleno conhecimento de causa". Segundo ele, a idéia do tribunal não é condenar apenas pessoas. "Vamos condenar os modelos econômicos e os grupos

responsáveis pela destruição de um dos maiores espaços ecológicos do mundo".

Para Ab'Saber, o governo Collor não tem nenhum programa para o meio ambiente. "A nomeação de uma pessoa vaidosa e excêntrica como José Lutzemberger para o cargo de secretário nacional do Meio Ambiente foi uma estratégia", denuncia o geógrafo. "A única função dele é viajar ao Exterior para rebater as críticas que o Governo recebe por não tomar nenhuma atitude em relação à Amazônia".

Ele acredita que se Lula tivesse sido eleito Presidente encontraria muitas dificuldades na questão do meio ambiente. "A carga de pressão que grandes mineradoras e madeiras exerceriam sobre um governo petista seria muito maior que a feita sobre o atual Governo", diz Ab'Saber. "O governo Collor pertence a essas classes dominantes e por isso a pressão é menor".